

CONVÊNIO ACADÊMICO



CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA

Rua Riachuelo, 217 – Centro -- 05002-070 São Paulo/SP – Brasil



Projeto “Memória da Constituinte (1987-1988)”

Depoimento:

FLÁVIO BIERRENBACH

Equipe de Pesquisa

Antônio Sérgio Rocha (DCS/Unifesp) - coordenador/editor

Daniel Menezes (Direito/Mackenzie) – coordenador adjunto

Ademar Seabra da Cruz Junior (MRE/Itamaraty)

Andrei Koener (DCP/Unicamp)

Bernardo Ferreira (DCS/UERJ)

Cicero Araujo (DCP/USP)

Eduardo Noronha (DCS/UFSCar)

Jefferson Goulart (DCH/UNESP)

Flavio Flores da Cunha Bierrenbach nasceu em São Paulo, em 1939. Teve como tio paterno o almirante Júlio de Sá Bierrenbach, que conspirou ativamente contra Vargas e João Goulart e foi ministro do Supremo Tribunal Militar ao longo do regime autoritário (1964-85). Seu avô, Flores Cunha, foi deputado constituinte em 1946. Flavio Bierrenbach cursou Direito na USP, tendo sido representante de São Paulo na Executiva Nacional dos Estudantes de Direito da UNE em 1963. Tornou-se procurador do Estado de São Paulo em 1970. Foi piloto civil, conselheiro da Fundação Santos Dumont e presidente da Associação de Parlamentares Pilotos. Em 1976, elegeu-se vereador na cidade de São Paulo pelo MDB. Em 1978, elegeu-se deputado estadual em São Paulo. Durante a legislatura de 1979-83, representou a ALESP na comissão de advogados criada para investigar um atentado contra o jurista Dalmo Dallari. Talvez como represália, Bierrenbach teve o seu escritório de advocacia alvejado por tiros. Em 1982, elegeu-se deputado federal pelo PMDB. Na Câmara dos Deputados, foi membro da Comissão de Relações Exteriores e participou do grupo parlamentar “Só Diretas”. Votou a favor da Emenda Dante de Oliveira e, em 1985, votaria em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Em 1985, é escolhido relator da Comissão Mista do Congresso Nacional encarregada de apreciar o Projeto de Emenda Constitucional 26, convocando uma Assembleia Constituinte. Seu substitutivo à proposta do governo, conhecida como “Emenda Sarney”, foi radicalmente contrário ao interesse dos partidos majoritários (inclusive os do PMDB), sofrendo violenta oposição da maioria da Câmara dos Deputados. Em outubro de 1985, Bierrenbach é destituído da relatoria da emenda. Em 1986, malogra na tentativa de reeleger-se; passa a escrever artigos semanais na revista Senhor, acompanhando e comentando os trabalhos constituintes. Em janeiro de 1987, retoma suas atividades na Procuradoria do Estado de SP, atuando também em seu escritório Advocacia Bierrenbach Sociedade Civil. Foi consultor jurídico da Secretaria de Transportes e assessor jurídico da Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia de SP. Em 1990, não teve êxito em nova disputa por uma cadeira na Câmara dos Deputados, dessa vez pelo PDT. A partir daí, não disputaria mais cargos eletivos. Em 1997, filia-se ao PSB. Em janeiro de 2000, torna-se ministro do Superior Tribunal Militar (STM), ocupando a vaga aberta dois anos antes pela saída de Paulo Cesar Cataldo. Aposentou-se em outubro de 2009.

Quem teve medo da Constituinte

A OAB¹ havia apoiado o golpe em 1964 e, durante muitos anos, foi indiferente à política. Tanto que, em 1970, no auge do AI-5 e da repressão, não houve nenhuma manifestação pela abertura democrática no congresso da OAB aqui em São Paulo, cuja temática foi *A OAB e a Ordem Econômica* -- como se a OAB não tivesse nada a ver com a ditadura militar que estava imperando no Brasil. Em 1977, houve o episódio central da leitura do manifesto pelo *Estado de Direito Já*.² Nesse episódio, acho que Raymundo Faoro³ não assinou a *Carta aos brasileiros* porque não houve uma aproximação política adequada – no momento certo e pelas pessoas certas. Acredito que tenha havido algum pequeno atrito. Ele era muito cioso da sua hierarquia, como presidente nacional da OAB. A eleição dele na Ordem foi unânime, tranquila. Faoro era um nome nacional, já era um intelectual conhecido, uma figura respeitada, com posições muito nítidas.

O ano de 1978 marcaria o ponto de inflexão da OAB em relação à política. Nesse ano, a conferência da Ordem deu-se em Curitiba, já sob a presidência de Faoro. Para os setores da advocacia mais engajados com o projeto de abertura democrática, soou mais ou menos estranho que uma pessoa com o porte intelectual do Raymundo Faoro, com o respeito que ele inspirava a toda oposição, tivesse convidado Petrônio Portella,⁴ então Ministro da Justiça do regime, para participar da cerimônia inaugural do congresso anual da Ordem. Tanto que nesse congresso da OAB se comentava: “Ah, mas como é que o Faoro chama para a mesa de abertura do congresso da OAB o Petrônio Portella?”. Mas ele chamou porque estava no processo de negociação. De modo que essa conferência se iniciou sob certa divisão na própria Ordem dos Advogados. Eu me recordo que o presidente da OAB do Paraná era o advogado Eduardo Virmond,⁵ que ficou numa situação delicada, porque não nós sabíamos bem se

ele tinha participado do convite ao Petrônio Portella ou se ele havia sido surpreendido pela decisão do Raymundo Faoro de lhe fazer o convite. Só percebemos o alcance da presença do Ministro Portella no encerramento da conferência nacional, quando Faoro disse que a OAB se engajaria numa luta por uma Assembleia Nacional Constituinte, para devolver ao Brasil uma legitimidade que o país havia perdido com a derrogação da Constituição de 1946. Faoro tinha essa visão, essa autoridade intelectual e um jogo de cintura que nós não tínhamos percebido. A partir daí, toda a advocacia mais ligada ao projeto de abertura democrática filiou-se à corrente que Raymundo Faoro liderava na OAB, e a Ordem cindiu-se entre aqueles que se engajavam no processo de abertura e aqueles que não tinham esse engajamento.

Lembro que muita gente participou, sobretudo aqui em São Paulo, como o próprio presidente do Conselho Seccional, Cid Vieira de Souza,⁶ e também Mário Sérgio Duarte Garcia,⁷ que foi presidente depois. A partir de 1978, o engajamento da OAB foi progressivo e acabou sendo decisivo. Miguel Reale Junior,⁸ José Carlos Dias,⁹ o próprio Goffredo Telles e Maria Eugênia estavam no congresso de Curitiba, assim como Darcy Passos,¹⁰ que depois foi deputado federal junto comigo.

Nessa época, eu já era vereador aqui em São Paulo, mas tinha uma militância intensa na Associação dos Advogados e na Associação dos Procuradores do Estado. Eu não me recordo de ninguém na OAB que apoiasse o regime militar – seja no seu Conselho Federal, seja no Conselho Estadual. Mas havia uma grande maioria de indiferentes. Raymundo Faoro foi uma espécie de catalisador, a primeira pessoa de quem eu ouvi falar em Assembleia Constituinte, assim como a primeira pessoa que eu ouvi falar em anistia foi a Dra. Therezinha Zerbini,¹¹ reivindicação que depois também seria encampada pela OAB.

DO MDB AO PMDB

Eu me elegi vereador em 1976, em São Paulo. No Estado, o MDB tinha duas correntes principais: uma delas seguia Franco Montoro,¹² a outra seguia Orestes Quércia.¹³ Eu sempre fui muito ligado ao Montoro. Dr. Ulysses Guimarães não tinha peso no MDB em São Paulo. Seu peso era nacional -- porque, em São Paulo, Quércia e Montoro mandavam. A candidatura de Fernando Henrique Cardoso ao Senado Federal em 1978 surgiu como uma terceira via a essas duas lideranças políticas, em que se procurava uma visão mais à esquerda.

Mas, na verdade, Fernando Henrique não tinha nenhuma militância no MDB. Quem o levou para preencher ficha no partido fui eu, junto com outro vereador aqui de São Paulo, chamado Paulo Rui de Oliveira.¹⁴ Ele foi assinar a ficha do MDB no porão da Câmara Municipal de São Paulo, e fomos eu e o Paulo Rui que abonamos a ficha do seu ingresso em 1977, um ano antes da eleição.

Em 1978, candidatei-me pelo MDB e fui eleito deputado estadual. Aí minha trincheira principal deixou de ser o trabalho na OAB. Fernando Morais¹⁵, meu queridíssimo amigo até hoje, era da bancada estadual do MDB, no esforço comum de luta contra o regime autoritário e contra o governador Paulo Maluf,¹⁶ eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa da São Paulo, também naquele ano de 1978.

Em fins de 1979, quando acabou o bipartidarismo, tive toda uma estrada pavimentada para entrar no PT, por convites vindos do Plínio Arruda Sampaio,¹⁷ da Maria Victoria Benevides¹⁸ e de vários outros fundadores do PT. Tive todas as tentações para me filiar ao PT. Os meus quadros, as pessoas que me ajudaram na campanha eleitoral, os meus amigos, muita gente foi para o PT. Mas eu não fui. Não achei que o Partido dos Trabalhadores fosse a opção adequada naquele momento e não queria ficar em um partido subordinado a uma determinada pessoa, como acabou acontecendo com o PT. Não fui e não me arrependo.

Preferi seguir, com outros, para o PMDB. Eu pensava, e de certa forma continuo pensando assim, que o pessoal do Partido Popular,¹⁹ dentre os quais, algumas pessoas que eu respeitava imensamente, tinha trazido ao PMDB um componente que gerou certa desagregação: Robertão,²⁰ por exemplo, era do PP; Leandro Maciel,²¹ que tinha sido candidato a vice do Jânio Quadros, também era, e assim como outros.²²

Em 1981, já pelo PMDB, saí candidato a deputado federal, depois de ter exercido meio-mandato de vereador e um mandato inteiro de deputado estadual. Fui candidato a deputado federal imaginando que tivesse uma eleição mais tranquila do que a que de fato tive: fui o último dos eleitos na lista partidária. Naquela época, a campanha eleitoral já estava assumindo proporções econômicas em que eu não tinha nem condições, nem vontade de atuar. As minhas duas campanhas anteriores tinham sido campanhas sem recurso nenhum: contaram apenas com ajuda dos amigos e com a reputação no circuito universitário que eu desfrutava: um bom nome na USP (Universidade de São Paulo), na PUC (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), onde era professor; e tinha muito prestígio na Fundação Getúlio Vargas, por força de amigos que tinha e tenho lá até hoje.

Na campanha eleitoral de 1982, o clima de convocação de uma Constituinte já aparecia nas propostas individuais de alguns candidatos, inclusive na minha. O PMDB tinha um documento programático (no qual participei da elaboração) chamado *Esperança e mudança*.²³ Também colaborei num grupo de trabalho do partido junto com Carlos Lessa,²⁴ e houve quem insistisse na tese da Constituinte. Mas havia um sentimento de que primeiro precisávamos reconquistar a democracia, porque não dava para fazer uma Constituinte com o regime militar.

Em 1983, quando cheguei à Câmara dos Deputados Federais, em Brasília, havia divisões no PMDB também em termos da bancada nacional, cindida entre

os ‘autênticos’²⁵ e os ‘moderados’.²⁶ Quando eu fazia parte do MDB e era deputado estadual, me alinhava com a corrente dos ‘autênticos’. Mas, em Brasília, houve uma reacomodação das alas, porque o PMDB elegeu muita gente.

Na primeira semana de mandato, a divisão da bancada manifestou-se na eleição do líder. O grupo que tinha sido dos ‘autênticos’, acrescido de muitos deputados eleitos em primeiro mandato, como era o meu caso, apoiou a candidatura de Pimenta da Veiga²⁷ e, usando uma expressão do Dr. Ulysses, esse grupo se autodenominou *Travessia*. Um grupo mais afinado com Tancredo Neves, que era governador de Minas Gerais, chamou-se *Unidade*. O candidato desse grupo era Freitas Nobre,²⁸ que era meu amigo: paulista e da Faculdade de Direito da USP. Era um homem admirável, mas, naquele momento, eu achava que tínhamos duas teses. Uma era uma tese de confronto: nós achávamos que éramos majoritários e tínhamos de partir para o enfrentamento; éramos um grupo mais de briga, que se uniu em torno de Pimenta da Veiga, que era mineiro. Freitas Nobre achava que deveríamos buscar o consenso. Formou-se então um terceiro grupo, numericamente menos expressivo, que se chamou *Pró-Partido*. Era um grupo basicamente articulado pelo pessoal que vinha do Partidão,²⁹ com pessoas como Alberto Goldman³⁰ e Roberto Freire.³¹ O grupo *Pró-Partido* tentava conciliar os outros dois grupos.

Feitas todas as contas na ponta do lápis, o grupo *Travessia* era majoritário. Mas, na véspera da eleição, Tancredo Neves fez uma articulação e tirou todos os votos mineiros do grupo *Travessia*. No dia da convenção para eleição do líder da bancada, Freitas Nobre veio com uma proposta e um discurso brilhantíssimo, virou alguns votos e conquistou alguns indefinidos – porque em todo início de mandato, a bancada é sempre meio amorfa, ainda não tem uma forma determinada. Decisiva foi também a ação do Tancredo. Com isso, Pimenta da Veiga perdeu. Freitas Nobre buscou então a unidade da bancada: assim que terminou a eleição, foi chamar Pimenta da Veiga e imediatamente lhe ofereceu

uma vice-liderança, que Pimenta da Veiga não aceitou. Se ele tivesse sido eleito líder do MDB, a facção mais aguerrida da bancada provavelmente teria conduzido essa pré-transição de outra maneira. Mas Freitas teve capacidade de diálogo, e a bancada não se dividiu: saiu unida.

Montoro tinha correligionários amigos ligados a ele nos dois grupos. O grupo *Pró-Partido* era um grupo que permaneceu, e depois foi inteiramente assimilado. De modo que, no episódio, Tancredo saiu com o poder e o Dr. Ulysses, com a glória...

DO *SÓ-DIRETAS* AO COLÉGIO ELEITORAL

O nosso grupo *Só Diretas* surgiu em 1984. Esperávamos ganhar a Emenda Dante de Oliveira,³² mas perdemos. Como a emenda havia sido derrotada, a solução institucional era uma nova emenda, do deputado Theodoro Mendes,³³ do PMDB de Sorocaba. O *Só Diretas* surgiu com cerca de 10% da bancada: mais ou menos 30 deputados. Era um grupo heterogêneo, mas que entendia que o Colégio Eleitoral era um aparelho do regime e que, nessa instância, nós fatalmente iríamos perder. Então, era melhor ir para o confronto e partir para uma eleição direta para Presidente da República. Fizemos uma grande reunião e saímos até com uns adesivos *Só Diretas em 1984*. Mas aí nós fomos sofrendo defecções, e o grupo *Só Diretas* foi sendo dizimado. O Partidão aderiu de imediato ao Tancredo, e o PC do B também.³⁴

Se não fosse o Montoro, não teria havido o famoso comício das *Diretas-Já* no dia 25 de janeiro de 1984. O PMDB estava encolhido, com medo de fazer. Montoro bancou e nos disse que ia fazer de todo jeito. Fez e foi um êxito retumbante. Tancredo se engajou depois, veio ao comício, o Brizola veio ao comício, mas aí veio todo mundo em volta do Montoro. A convicção dele era pelo compromisso de campanha que tinha assumido, e ele honrou o

compromisso. Montoro foi uma figura importantíssima na abertura democrática do Brasil, numa medida maior do que aquela que hoje é reconhecida.

Uma suspeita que corria era de que Tancredo tinha sabotado a emenda das *Diretas-Já*. Em nenhum momento eu me atrevo a afirmar isso. Tancredo era suficientemente arguto e informado para saber e afirmar aquilo que ele nos falou, para acabar de uma vez com o grupo *Só Diretas*: no Colégio Eleitoral, o risco era muito alto, e os nossos votos iam fazer muita falta, como fizeram. Somente no último momento é que o barco do PDS começou a fazer água feio.

Quando chegamos à convenção do PMDB que homologou a chapa Tancredo e Sarney, quem foi o escolhido para falar em nome do que restava do grupo fui eu. Eram só uns oito ou nove parlamentares; dava para lotar uma Kombi... O grupo *Só Diretas* teve uma conversa institucional com Leonel Brizola, no apartamento dele, no Rio de Janeiro. Brizola era contra, rechaçando a ideia com aquele tipo de grande eloquência que ele sabia produzir: “Neste momento...”. E aí Tancredo procurou conversar, de um em um, com as pessoas do grupo que restara. Eu mesmo conversei com ele e, depois dessa conversa, diante da nossa inexpressividade numérica e política e diante do risco de que esses oito ou nove votos representavam para uma eventual vitória de Paulo Maluf, nós tomamos a decisão de ir ao Colégio Eleitoral: eu, os deputados Ibsen,³⁵ Luiz Henrique,³⁶ Manuel Costa,³⁷ um dos mais votados em Minas Gerais, e Darcy Passos. Tomamos a decisão de comparecer ao Colégio Eleitoral e votar em Tancredo.

O MANDATO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS

Assumi meu mandato em 1983. Meu avô foi presidente da Câmara, governador do Rio Grande do Sul e constituinte de 1946: teve uma presença política em meio século do Brasil. Chamava-se José Antônio Flores da Cunha.³⁸ Era general honorário do Exército, tendo sido nomeado para essa patente pelo Presidente

Arthur Bernardes.³⁹ Ele tinha estudado na Faculdade de Direito da USP e era um belo orador.

A partir do dia da minha posse, minha mãe, filha de governador, me ligava todos os dias perguntando: “Quando é que tu vais para a tribuna?”. Paulo Brossard,⁴⁰ meu amigo até hoje, disse assim para mim: “Vou te dar um conselho: não tenha pressa de ir para a tribuna. Aqui no Congresso Nacional, quem tem pressa não chega”. De modo que eu passei seis meses quieto, frequentando todas as sessões das duas Comissões das quais era membro e também ao Plenário da Câmara. Quando tinha sessão no Plenário do Senado Federal que não coincidissem com as atividades da Câmara, eu ia também; ficava sentado lá quieto e não falava nada. Um dia, resolvi dar um aparte a Nelson Marchezan,⁴¹ que era o líder do governo. E pensei: “Ele vai responder ao meu aparte com A, B ou C; não tem D. Ele só pode dizer assim”. E não deu outra. Fiz o aparte, ele respondeu do jeito que eu imaginava. Fiz mais uma fala e voltei para o meu lugar. Toda a minha bancada aplaudiu o meu aparte.

A bancada de São Paulo era de muito bom nível. O melhor deputado federal que o Congresso teve foi meu colega de bancada daqui de São Paulo, Darcy Passos: o mais preparado, o mais competente. Todos os dias, Darcy pegava a pauta do Congresso Nacional, ia para a liderança do PMDB e dizia: “Os projetos que serão votados são esses aqui; eu estou pronto para discutir o de número 1, o de número 4, o de número 7...”. E então ia para a tribuna, para sustentar a posição da liderança do partido.

Tive um mandato muito interessante. Não é pelo fato de não ter sido reeleito depois -- eu me recandidatei em 1986, sem sucesso --, mas considero que aquele foi o último Congresso Nacional que ainda tinha algumas características da República brasileira pré-golpe: um Congresso em que às vezes alguém ia para a tribuna, provocava um debate e a Casa parava para ouvir. A partir daí, isso não aconteceu mais.

A RELATORIA DA EMENDA CONVOCATÓRIA À CONSTITUINTE

A Constituinte era uma bandeira no MDB desde o documento *Esperança e mudança*. Lá estava escrito: “O MDB lutará por uma Assembleia Nacional Constituinte”. Não foi surpresa que Sarney mandasse ao Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição convocando a Constituinte. A surpresa foi a minha escolha para ser o relator. Penso que o papel do Dr. Ulysses na escolha do meu nome foi determinante: ele me respeitava e gostava de mim. Acredito que meu nome tenha sido colocado na mesa por uma sugestão dele. Eu era um deputado de primeiro mandato, mas estava com o nome muito bom, tinha uma imprensa favorável. Foi graças a esse prestígio que Dr. Ulysses e Pimenta da Veiga me convidaram para ser o relator da emenda convocatória da Constituinte. Mais por posição política do que por conhecimento jurídico: fui procurador do Estado de São Paulo a vida toda, só depois cheguei a ministro de um Tribunal Superior, mas eu não fiz carreira universitária. Eu atuava na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, dava lá os meus votos e os meus pareceres que procurava dar sempre com bom fundamento.

De todo modo, não houve nenhuma reação ao meu nome para relatoria: não me lembro de ter ouvido algo como “o relator deveria ser outro”. Ao ser escolhido relator, eu disse ao Pimenta da Veiga e ao Dr. Ulysses que iria atuar de acordo com o programa do partido e com a minha convicção pessoal. Eles não me impuseram nenhuma limitação. Nada.

Como relator da Emenda Convocatória, levei em consideração a Comissão Mista que se formou, com nomes de grande expressão e categoria, e sugeri que a Comissão ouvisse uma porção de personalidades e instituições. Assim se fez: ouvimos opiniões desde Dalmo Dallari até Joaquinção.⁴² Elaborei o que a sociedade civil pedia, e tive muita colaboração. Meu substitutivo não saiu da

minha cabeça: foi fruto de muito debate e de inúmeras discussões. A questão da anistia foi imensamente debatida. Recebi na minha casa assessores parlamentares das três Forças Armadas para falar sobre o assunto. Recebi um volume grande de emendas substitutivas e supressivas, que analisei uma a uma.

No Congresso Nacional, as reações ao meu substitutivo foram variadas. Desde alguns dizerem que a proposta era completamente irreal, diante da correlação de forças daquele momento, até outros, que procuravam argumentar comigo no sentido de se avançar passo a passo, e o avanço possível naquele momento era do jeito que foi. Nas reações contrárias, uma das pessoas que foram mais agressivas foi o senador Carlos Chiarelli (PDS-RS).⁴³ Foi a única pessoa da Comissão Mista⁴⁴ com quem eu tive um incidente pessoal. Todas as outras debateram com elegância, cada um sustentando a sua posição.

Entendi que a representação na Constituinte deveria ser via partido políticos, porque eu não vislumbrava outra fórmula, outro meio. Eu achava, e continuo achando, que a representatividade de associações civis e sindicais é muito limitada – no tempo, no espaço e naquelas circunstâncias. Claro que havia muitas pessoas com plenas condições de participar de um processo constituinte sem terem filiação partidária e cuja contribuição não poderia ser reduzida pelo fato de não ter uma filiação partidária. Mas eu achava muito difícil, num sistema tão estratificado como o brasileiro, uma pessoa se apresentar como candidato avulso: “Eu sou candidato à Constituinte”. Mas em nome do quê? E de quem?

A maior resistência era com relação à minha proposta de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva. O argumento central que eu expus era de que o Congresso Nacional não é um poder constituinte, é um poder constituído. De modo que se deveria eleger um grupo de pessoas para redigir uma Constituição para o país e, uma vez promulgada essa Constituição, cada uma dessas pessoas voltaria para a sua casa. Minha posição pessoal era e continua a ser ainda mais radical: acho que quem participa de uma Constituinte tem de ficar inelegível por

um determinado período – de pelo menos o tempo de um mandato eletivo. Mas isso eu não coloquei no substitutivo: nessa ideia, eu era absolutamente minoritário, e nada justificava a apresentação dessa tese em meu relatório.

Na concepção da Constituinte soberana, o plebiscito era um detalhezinho que podia ter sido ou não, porque na proposta da minha relatoria havia a alternativa de fazer ou não fazer o plebiscito. Não cogitei propor referendo para a Constituição elaborada pelo Congresso, e na minha exposição de motivos eu dizia o porquê. O deputado Bonifácio de Andrada,⁴⁵ que era um jurista da ARENA, falou em referendo. Rebatí, dizendo que eu não acolhia a fórmula de referendo porque essa tinha sido, ao longo da história, uma saída clássica dos regimes absolutistas e totalitários.

Na imprensa, tive editoriais a favoráveis e contrários. Em determinadas associações e entidades, patronais ou de empregados, tive apoio lá e cá, e tive oposição dos dois lados também. Recebi nada menos que 70 mil cartas e telegramas de apoio: de pessoas físicas, de entidades, de faculdades, de centros acadêmicos, de tudo quanto foi lugar. Tive que comprar várias malas para guardar tudo. Levei esse material no dia da discussão do Substitutivo e falei assim: “Está aqui: nesta caixa de papelão, estão as mensagens contrárias; nesta mala, tenho 70 mil mensagens a meu favor”. Depois, deixei esse material na Comissão Mista, que o depositou no Senado Federal, e nunca mais o procurei.

A DESTITUIÇÃO DA RELATORIA

Eu tive uma conversa com o Dr. Ulysses dois ou três dias antes da votação do meu Relatório. Eu não sabia que iria ser destituído; essa foi uma solução que, acredito, tenha sido decidida na véspera. Dr. Ulysses me disse que meu Substitutivo não ia passar, e que era consensual e majoritária a fórmula original vinda do Palácio do Planalto, elaborada por Célio Borja.⁴⁶ Essa fórmula foi forjada pela ala-PFL da Aliança Democrática. Acredito que tenha sido feita pela

mão do Marco Maciel, ou pela sua cabeça. Mas devo dizer que Dr. Ulysses nunca me fez nenhum tipo de pressão, nunca me disse “vai por aqui ou vai por ali”.

O episódio da minha destituição ocorreu no Plenário da Comissão Mista. Alguém lá propôs que substituíssem o relator e que nomeassem um relator substituto, e o deputado Valmor Giavarina⁴⁷ já estava com tudo pronto. Eu não sabia quem era o Giavarina, não sabia que seria desse jeito. Mas eu já estava sabendo que tinham considerado minha exposição de motivos muito longa. Levei umas fichinhas com os temas que eu achei que tinha de abordar. Minha exposição de motivos está toda transcrita, a OAB fez um livrinho com isso, e eu sabia que não ia ser fácil, como não foi. Foi uma decisão tomada pela Comissão Mista, que a colocou em votação e eu perdi. O comentário que eu fiz a respeito do substitutivo do Giavarina, e que eu reproduzo no livro, foi de que era “mediocre na forma e covarde no conteúdo”. Giavarina apresentou o substitutivo dele de última hora. Eu nunca tive vontade, nem coragem de lhe perguntar se foi ele mesmo que fez.⁴⁸ Foi só isso que eu disse, me retirei da Comissão e fui embora. E nunca perguntei a ninguém, nunca passei recibo da minha destituição. Era a regra do jogo democrático, que implica isso: quando se coloca uma proposta em votação, quem é minoritário perde.

A CANDIDATURA EM 1986

Quando eu me recandidatei em 1986, a Constituinte era o meu tema. Mas foi algo que pegou pouco naquele pleito. Na campanha, me indagavam a respeito do episódio da relatoria mais no circuito universitário, que tinha sido concentrado na minha campanha de vereador. Em minha campanha de deputado, esse assunto era muito diluído. Pessoas que tinham antes trabalhado para mim na campanha em 1986 viraram meus concorrentes: Plínio de Arruda Sampaio e José Gregori,⁴⁹ disputando voto na retaguarda.

Eu não tinha dinheiro, e a eleição havia mudado muito. Em 1982, eu era um candidato de oposição. Em 1986, eu estava na situação, o governo estadual era o Governo Montoro e eu não fui um deputado que atendesse a determinadas demandas fisiológicas: nunca distribui dentadura, nem cadeira de roda, nem perna-de-pau. Não sei fazer isso. Como deputado de oposição, eu tinha o que dizer. Mas, como deputado de situação, não tinha uma folha de serviço a apresentar. A minha votação em 1986 diminuiu muito: tive 60 mil votos em 1982 e, em 1986, caiu para 30 mil. Em relação a 1982, a bancada paulista de 1986 mudou muito. Muita gente não se reelegeu – inclusive o Giavarina...

Depois disso, eu nunca mais escrevi nada a respeito. Meu livro saiu pela editora Paz e Terra⁵⁰ e foi lançado um pouco antes da eleição, na livraria Argumento, que era do Fernando Gasparian,⁵¹ na rua Oscar Freire. Praticamente parou o trânsito, de tanta gente que tinha. Fiquei com câimbra na mão de tanto dar autógrafa, e pensei: “Pô, daqui um mês vou me eleger fácil”. Mas prestígio é uma coisa, voto é outra coisa. Gasparian se elegeu e eu, não...

A COMISSÃO ARINOS

Não me surpreendi com a Comissão Arinos: foi um anteprojeto bem feito. Mas era uma comissão de sábios, um minarete. Essa é uma pergunta que até hoje eu ainda me faço: Sarney poderia ter enviado aquele projeto para discussão, não sei porque não o fez. Havia alguma antipatia da opinião pública pelo caráter de cúpula, de redoma, que envolveu aquela comissão. As pessoas se reuniram e produziram aquele projeto, e pronto. Ninguém foi ouvido, nem chorado. Esse anteprojeto foi usado durante a própria Constituinte em alguns tópicos, e é possível que tenham até sido reproduzidos verbetes. Mas não foi uma referência: a Assembleia Constituinte não partiu daquilo, não foi seu ponto de partida.

ACOMPANHANDO A CONSTITUINTE

Como eu não me reelei em 1986, passei então a escrever uma coluna semanal na revista *Senhor*.⁵² Durante todo o tempo que durou a Assembleia Constituinte, todas as semanas eu tinha uma página na revista, em que fazia uma análise da Constituinte. Eu ia muito a Brasília e, como tinha sido deputado federal, tinha livre acesso ao Plenário da Câmara e do Senado – como tenho até hoje, na condição de ex-parlamentar. Conversava com um, com outro, fui a algumas reuniões da Comissão de Sistematização, sentava ali. Mas eu não gostava de entrar no Plenário e fingir que fosse deputado. De modo que eu acompanhei a Constituinte basicamente pelos jornais.

A participação da sociedade civil começou com o Chico Whitaker.⁵³ Ele me procurou e disse: “Vamos apresentar assim, vamos fazer isso e aquilo” e criou-se uma entidade que era uma federação cívica, o *Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte*, que foi ouvido durante todo o processo e coordenado pelo próprio Whitaker, com quem eu mantive uma relação permanente de alma. O *Plenário* teve muita influência no processo, e uma das crônicas que eu escrevi para a revista *Senhor* foi sobre esse tema.

UM BALANÇO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

À época, eu achei que nós iríamos ter uma Constituição de vida efêmera. Mas reconheço que as minhas previsões não se confirmaram: afinal de contas, a Constituição de 1988 está aí, se mantendo no maior período de abertura democrática da República. Não é a Constituição dos meus sonhos; não gosto de uma Constituição que tem cerca de mil dispositivos – entre artigos, incisos, alíneas e parágrafos. Acho que a história do nosso país é uma sucessão de instabilidades: o Brasil viveu ao longo do seu período republicano uma democracia intermitente, e achei que uma Constituição dessa natureza, dessa índole, com mais de 1.000 dispositivos e com a amplitude que ela teve,

querendo colocar como direitos constitucionais algumas questões que, no meu ver, são tipicamente infraconstitucionais, provavelmente provocaria o acirramento de determinadas demandas sociais, e a tradição brasileira levaria a um enfrentamento interruptivo da democracia. Isso não aconteceu. Acho que em boa parte não aconteceu em função da estabilidade econômica. Porque, se o Brasil não tivesse vivido ao longo dos últimos 10-12 anos um período de estabilidade econômica, as demandas sociais se acirriariam muito, e isso no Brasil sempre provoca rupturas no processo democrático.

Não é a minha fórmula de Constituição, mas tem uma declaração de direitos muito positiva, uma metodologia correta. A Constituição está aí, e tem de ser respeitada.

A entrevista com o Ministro Flavio Bierenbach foi feita na manhã de 26 de abril de 2010, na sede da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da USP, com a participação dos pesquisadores Antônio Sérgio Rocha, Cícero Araújo, Jefferson Goulart e a pós-graduanda San Romanelli Assumpção.

NOTAS

¹ Ordem dos Advogados do Brasil, órgão de classe que atua em defesa dos interesses profissionais dos advogados.

² Em 11 de agosto de 1977, no pátio interno da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco (USP), o jurista e professor Goffredo Telles Junior leu um documento clamando pela volta do Estado de Direito e pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. O documento se chamou *Carta aos Brasileiros* e teve considerável impacto nos meios jurídicos e políticos da época. Para detalhes, consulte-se o livro *Estado de Direito Já*, organizado por Cássio Schubsky (editora Lettera.Doc, 2007).

³ Advogado gaúcho, jurista, ensaísta e escritor, dentre outras, é autor de uma obra seminal na sociologia política brasileira, “Os donos do poder”, obra em que analisa o comportamento do patronato político e as relações patrimonialistas de poder no país sob a tradição weberiana. Ingressou na Procuradoria do Estado no Rio de Janeiro, em 1951, onde se fixou. Ganhou expressão política nacional ao presidir a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) durante o regime autoritário (1977-1979), quando lutou pela redemocratização, pelo fim dos Atos Institucionais e pelo restabelecimento do instrumento do *habeas corpus*. Participou da luta pela anistia, pelas diretas-já e foi membro da Academia Brasileira de Letras (2000).

⁴ Advogado piauiense, foi governador do Estado e senador por três mandatos, além de presidente do Senado Federal em duas ocasiões (1971-71 e 1977-79). Também foi ministro da Justiça no governo de João Figueiredo (1979-80), período em que assumiu posição de destaque na política de distensão do regime autoritário, liderança e capacidade de articulação que culminaram na promulgação da Lei da Anistia. Foi um interlocutor privilegiado do regime com representantes da sociedade civil, incluindo as tratativas com Raymundo Faoro no período em que presidiu a OAB.

⁵ Presidente da OAB do Paraná entre 1977 a 1979, período do regime autoritário, coordenou a VII Conferência Nacional da entidade (1978), que teve como tema central o “Estado de Direito” e cuja sessão inaugural lotou o Teatro Guaíra, em Curitiba. Nessa ocasião, Virmond e Faoro fizeram a abertura que se celebrou como um marco da resistência contra a ditadura. Virmond também foi presidente do Instituto dos Advogados do Paraná e secretário de estado da Cultura e da Justiça.

⁶ Advogado, foi presidente da OAB-SP por quatro mandatos (1971-79), período em que se notabilizou pela defesa das prerrogativas da categoria e contra o regime autoritário.

⁷ Advogado, foi presidente estadual da OAB-SP (1979-81) e nacional da entidade (1983-85), além de secretário da Justiça do Estado de São Paulo no governo de Orestes Quéricia (1987-90).

⁸ Jurista, professor Titular de Direito Penal da USP e filho de também jurista Miguel Reale, foi secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo no governo Franco Montoro (1983-6) e da Administração no governo Marcio Covas. Foi membro da Comissão Elaboradora da Parte Geral do Código Penal e da Lei de Execução Penal (1980-84) e ministro da Justiça no governo Fernando Henrique Cardoso (2002).

⁹ Advogado criminalista, foi presidente da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, secretário estadual de Justiça no governo Franco Montoro (1983-6) e ministro da Justiça no governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2000).

¹⁰ Jornalista e escritor, foi deputado estadual pelo MDB (1979-82) identificado com as posições à esquerda neste partido. É autor de *A Ilha*, romance que trata de Cuba e do regime de Fidel Castro (de quem se tornou próximo) com indisfarçável simpatia, além de vários outros livros.

¹¹ Advogada e líder feminista, participou ativamente das lutas pelos direitos humanos e pela Anistia. Presa política, ocupou a mesma sala da atual presidente da República, Dilma Roussef. Ao lado de Leonel Brizola, ajudou a fundar o PDT.

¹² Iniciou a carreira política como vereador pelo Partido Democrata Cristão (PDC), depois foi deputado estadual e deputado federal, além de senador da República. Ministro do Trabalho no mandato parlamentarista de Tancredo Neves, destacou-se depois como líder da oposição democrática à ditadura. Com a democratização, foi eleito governador de São Paulo (PMDB) pelo voto direto em 1982, posição em que se destacou pelo apoio à campanha das diretas já e por ações descentralizadoras. Concluiu sua trajetória política como deputado federal e presidente de honra do PSDB.

¹³ Advogado e empresário, foi deputado estadual (1967-8) e depois se elegeu prefeito de Campinas (1968) e senador (1974) pelo MDB, além de vice-governador de São Paulo na chapa encabeçada por Franco Montoro (1982). Foi eleito governador em 1986 e disputou a presidência da República nas eleições de 1994. Sua carreira esteve associada ao municipalismo. Faleceu em meio à campanha eleitoral de 2010, quando postulava uma cadeira no Senado pelo PMDB.

¹⁴ Primeiro vereador negro eleito na Câmara Municipal de São Paulo (1976), seu mandato também se destacou pela bandeira da igualdade racial.

¹⁵ Fernando Gomes de Moraes é um jornalista, político e escritor brasileiro. Nascido em Mariana (MG) em 1946, mudou-se aos 18 anos para São Paulo, onde trabalharia nas redações de Veja, Folha da Tarde, Folha de São Paulo, TV Cultura e portal IG. Foi deputado estadual pelo MDB de 1978 a 1986. No governo Quercia, foi Secretário da Cultura (1988-1991) e Secretário da Educação (1991-1993) no Governo de Luiz Antônio Fleury Filho. Seu primeiro sucesso editorial foi *A ilha*, relato de uma viagem a Cuba. Seguiram-se os best-sellers *Olga* (1985), *Chatô* (1994), *Corações Sujos* (2000). Em 2008, lançou *O mago*, biografia de Paulo Coelho. Em 2003, concorreu a uma vaga na Academia Brasileira de Letras, mas foi derrotado pelo ex-senador e ex-Vice Presidente da República Marco Maciel.

¹⁶ Prefeito nomeado da capital paulista e depois governador escolhido indiretamente na década de 1970, ganhou projeção nacional ao se lançar candidato presidencial pelo Partido Democrático Social (PDS) contra Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Derrotado, voltou a disputar a presidência da República em 1989 e elegeu-se prefeito de São Paulo pelo voto direto em 1992. Atualmente é deputado federal pelo PP-SP.

¹⁷ Advogado e promotor aposentado, deputado federal pelo Partido Democrata Cristão (PDC) em 1962 e deputado constituinte pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 1986-1990 e candidato à presidência da República em 2010 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Faleceu em 2014.

¹⁸ Socióloga, professora titular da Universidade de São Paulo, foi diretora do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) e atualmente é diretora da Escola de Governo. É autora, dentre outros livros e artigos, de *O PTB e o trabalhismo* (Brasiliense, 1989) e *Cidadania Ativa* (Ática, 1991).

¹⁹ Partido concebido pelos próceres do regime autoritário para ocupar um espaço político de centro na transição democrática, de modo a atenuar a disputa plebiscitária que opunha Arena/MDB e depois PDS/oposição (PMDB à frente) que desgastava as posições governistas. Foi extinto antes mesmo de disputar as eleições de 1982 em razão das regras casuísticas impostas pelo regime, notadamente a exigência do voto vinculado.

²⁰ Roberto Cardoso Alves: empresário do agronegócio ligado à União Democrática Ruralista (UDR) e deputado constituinte pelo PMDB-SP, foi um dos principais líderes do campo conservador na Constituinte e do “Centro Democrático” (*Centrão*).

²¹ Engenheiro, proprietário rural e político ligado à UDN, foi governador de Sergipe (1955-9) e senador da República (1935-7 e 1967-74). Foi derrotado pelo médico Gilvan Rocha (MDB) na dezesseis cruciais vitórias do MDB em 1974 para o Senado Federal.

²² Criado por Tancredo Neves em 12 de fevereiro de 1980, o PP contava com figuras notórias do regime militar, como Magalhães Pinto. Mas também Thales Ramalho (do grupo de moderados do MDB), Gilvan Rocha (SE), Roberto Gusmão (SP) e o ex-udenista Herbert Levy. Mais tarde, inviabilizado pela nova lei eleitoral do regime, que proibia coligações, em 20 de dezembro de 1981, o PP se funde ao PMDB.

²³ Texto elaborado em conjunto por dirigentes do PMDB e intelectuais do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) que sintetizava a crítica ao regime autoritário e a defesa da democratização do país.

²⁴ Economista de formação desenvolvimentista, foi professor do Instituto Rio Branco e da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), dentre outras instituições. Exilou-se no Chile após o golpe de 1964. No retorno ao Brasil, fundou o Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foi assessor da presidência do PMDB (Ulysses Guimarães), reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002) e depois presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no governo Lula (2003-4).

²⁵ Ala do partido de inclinação à esquerda, por seus vínculos populares e defesa da democratização.

²⁶ Outra facção da agremiação, situada ao “centro” por suas posições negociadoras e conduta mais restrita a soluções institucionais.

²⁷ Advogado, foi deputado federal eleito pela primeira em 1978 pelo MDB-MG, onde permaneceu até 1988, quando se elegeu prefeito de Belo Horizonte. Disputou o governo de Minas Gerais em 1990 e foi derrotado. Voltou à Câmara dos Deputados em 1994 e 1998 pelo PSDB e depois ministro das Comunicações no governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002).

²⁸ Advogado e jornalista, foi professor da Escola de Comunicação e Artes da USP e deputado federal pelo MDB-SP por cinco mandatos, tendo sido também líder do partido e vice-presidente da Casa.

²⁹ Epíteto carinhoso dado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) por seus próprios membros.

³⁰ Engenheiro, iniciou sua militância política no PCB e foi deputado estadual e federal pelo PMDB-SP e depois pelo PSDB-SP, secretário estadual de Administração no governo de Orestes Quécia e vice-governador de São Paulo na gestão de José Serra (2007-2010).

³¹ Advogado e dirigente do PCB, iniciou a carreira política como deputado estadual pelo MDB em Pernambuco (1974). Depois, é eleito deputado federal por quatro mandatos (1979-94) e senador (1995-2002). Foi candidato à presidência da República em 1989 pelo PCB e liderou a mudança programática deste partido para o atual Partido Popular Socialista (PPS). Atualmente, é deputado federal pelo PPS-SP.

³² Proposta de Emenda à Constituição protocolada pelo deputado do mesmo nome (PMDB-MT) que restabelecia a eleição direta para escolha do presidente da República. Embora numericamente vitoriosa, não alcançou maioria qualificada para se impor, mantendo-se o Colégio Eleitoral como foro para escolha indireta do presidente. Na futura disputa, Tancredo Neves derrotaria Paulo Maluf.

³³ Advogado, professor universitário e promotor público, elegeu-se prefeito de Sorocaba (SP) em 1976 pelo PMDB. Foi eleito deputado federal em 1982 e reeleito em 1986 pelo PMDB-SP.

³⁴ Em razão das restrições legais da época, parlamentares do PCB e PCdoB ainda permaneceram no interior do PMDB. Ambos os partidos de orientação comunista só voltariam a lançar candidaturas próprias nas eleições de 1986.

³⁵ Ibsen Pinheiro, deputado federal pelo PMDB-RS.

³⁶ Luiz Henrique da Silveira deputado federal pelo PMDB-SC, e atual senador da República (PMDB-SC).

³⁷ Manoel Costa Junior, deputado federal pelo PMDB-MG.

³⁸ General, federalista, interventor e depois presidente do estado do Rio Grande do Sul. Atuou ao lado de Getúlio Vargas na Revolução de 1930, fundador da UDN e deputado e presidente da Câmara dos Deputados (1955). Presidiu as sessões que ratificaram a posse de Juscelino Kubitschek, e depois rompeu com a UDN e renunciou à presidência da Câmara.

³⁹ Governador de Minas Gerais (1918-22) e penúltimo presidente do Brasil (1922-26) durante o ciclo da República Velha (1989-1930).

⁴⁰ Jurista, elegeu-se senador (1974) pelo PMDB-RS e candidato à Vice-Presidência da República na chapa encabeçada pelo general Euler Bentes Monteiro em 1978. Consultor-Geral da República e Ministro da Justiça no governo Sarney (1986-1989), em seguida se tornou Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

⁴¹ Advogado, foi deputado estadual por três mandatos e, depois, deputado federal pela ARENA-RS e presidente da Câmara dos Deputados (1982). Retornou à Câmara em 1995, eleito deputado pelo PSDB, e faleceu em 2002.

⁴² Joaquim dos Santos Andrade: presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, foi o maior dos ícones do sindicalismo ‘pelego’ remanescente do regime autoritário.

⁴³ Advogado e professor universitário, foi deputado federal pela ARENA-RS (1978), senador pelo PDS-RS (1982) e ministro da Educação no governo Collor de Mello (1999-91).

⁴⁴ A esse respeito, ver a relação de membros dessa Comissão no Apêndice 1.

⁴⁵ Bonifácio José Tamm de Andrada, parlamentar do campo conservador (PDS-MG).

⁴⁶ Jurista, foi deputado estadual na Guanabara e depois deputado federal (1970) pela Arena-RJ, onde se torna líder do partido (1974) e presidente da Casa (1976). Por indicação do presidente José Sarney, foi nomeado ministro do STF em 1992 e, ainda, ministro da Justiça no governo Collor (1992).

⁴⁷ Advogado, jornalista, radialista, professor e odontólogo, deputado federal (PMDB-PR) em primeiro mandato, assumiu a cadeira na vaga deixada pelo deputado Enéas Farias.

⁴⁸ A respeito, confira o texto do Substitutivo do parlamentar no Anexo 1.

⁴⁹ Jurista, foi secretário nacional de Direitos Humanos (1997-2000) e ministro da Justiça (2000-1) no governo Fernando Henrique Cardoso.

⁵⁰ *Quem tem medo da Constituinte*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

⁵¹ Engenheiro e empresário de origem armênia, foi presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, proprietário da Editora Paz e Terra e fundador do jornal *Opinião*. Também foi deputado constituinte (PMDB-SP).

⁵² Publicada pela Editora Três, tinha como editor o jornalista Mino Carta.

⁵³ Sobre esta personagem, ver “Cidadão Constituinte”.

ANEXO 1

Composição da Comissão Mista que apreciou a PEC 43

(Emenda Convocatória da Constituinte)

Presidente: senador (biônico) Helvídio Nunes (PSD-PI)

Senadores:

Aloysio Chaves (PDS-PA) (substituído pelo senador Passos Porto (PDS-SE) na última reunião)

(biônico) Lenoir Vargas (PDS-SC)

Octávio Cardoso (PDS-RS)

Marcondes Gadelha (PFL-PB)

(biônico) Aderbal Jurema (PFL-PE)

Nivaldo Machado (PFL-PE) (substituído pelo senador Carlos Chiarelli (PDS-RS) na última reunião)

Hélio Gueiros (PMDB-PA)

José Ignácio Ferreira (PMDB-ES)

Alfredo Campos (PMDB-MG)

Alcides Saldanha (PMDB-RS) (substituído pelo senador Martins Filho na última reunião)

Relator: Deputado Flavio Bierrembach (PMDB-SP)

Deputados:

João Agripino (PMDB-PB)

João Gilberto (PMDB-RS) (substituído pelo deputado Hélio Manhães na última reunião da Comissão)

Milton Reis (PMDB-MG) (substituído pelo deputado Valmor Giavarina (PMDB-PR) na última reunião da Comissão. Giavarina é nomeado Relator após a adoção do seu voto em separado, que contém um novo substitutivo)

Luiz Henrique (PMDB-SC)

Bonifácio de Andrada (PSD-MG)

Gorgônio Neto (PSD-BA)

Siqueira Campos (PDS-GO)

Israel Pinheiro (PFL-MG)

Mário Assad (PFL-MG)

Nilton Alves (PDT-RS)

ANEXO 2

O voto em separado do deputado Valmor Giavarina (PMDB-PR)

JUSTIFICATIVA

O consenso nacional admite ser necessário e urgente dar uma nova feição jurídica ao Estado brasileiro.

O Poder Constituinte é a fonte da estruturação jurídica do Estado; instituído, decorre da competência dos Poderes Legislativos e Executivo de emendar a Constituição.

Exerceu-se extraordinariamente em 1823 e em 1961, como resultado da abdicação de D. Pedro I, e da renúncia do Presidente Jânio Quadros, e vem obedecendo, desde 1823, a tramitação ordinária através de emendas constitucionais.

A solução para a crise institucional decorrente da deposição do presidente João Goulart, em 1964, teria sido, se aqueles que tomaram o poder tivesse querido ouvir a voz da nação, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Ruptura houve; oportunidade houve; faltou-se, talvez, sensibilidade.

Essa lacuna jurídica, de mais de 20 anos, tem-se tentado, em vão, preencher com muitas emendas aos textos constitucionais de 1946 e 1967, e aos inumeráveis Atos Institucionais e Atos Complementares.

Por essa razão, pode-se afirmar que o Brasil não tem Constituição: o Brasil tem um arremedo de Constituição.

Já que o movimento eclodido em 64 (movimento de redemocratização) não o fez, a “revolução” que inaugurou a Nova República terá que assumir, com o Congresso Nacional, a grande tarefa que a História lhe reserva.

Cabe aos atuais congressistas preparar o caminho para que o próximo Congresso Nacional, a ser eleito em 1986, possa fazer ou promover uma sondagem ampla da realidade social e das expectativas nacionais, cujos dados servirão de subsídio ao projeto da nova Constituição, que desejamos duradoura, porque fundada na realidade da ordem social brasileira.

“Embora a restauração das prerrogativas do Congresso seja um passo significativo no caminho da democracia (já afirmava Afonso Arinos de Melo Franco em 1980), o que se

impõe é a elaboração de uma nova Constituição para o Brasil. Infelizmente, dizia ainda, a viga mestre de nosso direito público e de nossa organização estatal é um documento histórico e juridicamente comparável à Carta outorgada de 1937, com a agravante de que está em vigor há mais de dez anos, enquanto que aquela nunca chegou a ser aplicada. Para a nossa tradição jurídica e para o nosso prestígio internacional, a atual Constituição brasileira é uma nódoa indelével”.

No Brasil, as Assembléias Constituintes de 1823, 1890, 1934 e 1946 funcionaram em épocas nas quais o Poder executivo era exercido imediatamente após graves crises institucionais: Independência, queda da Monarquia, Revolução Constitucionalista e derrubada do Estado Novo.

A ruptura não será o traço desta nova época.

A alternativa que escolhemos, na presença de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, a ser eleita no dia 15 de novembro do próximo ano, não encontra óbices intransponíveis de natureza constitucional, ética, legal e regimental. E teremos, não uma Assembleia Nacional Constituinte originária, clássica, ao preço de semelhantes crises, mas uma Assembleia Nacional Constituinte Instituída, viável, possível, que o bom-senso nos impõe a realizar.

A assinatura da proposta presidencial, na presença do excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal [Rafael Mayer], e agora submetida à apreciação do Congresso Nacional, evidencia o consenso entre os três poderes da República.

O que se impõe agora, diante da realidade política que vivemos, é uma solução jurídica quanto à sua essência, mas política quanto à sua forma.

Jurídica, porque por ela o futuro Congresso objetivará, em texto, a idéia de Direito que a nação deseja. Política, porque não abala o estado de direito existente.

É a única saída historicamente pacífica para a grande crise brasileira, que é, antes e acima de tudo, uma crise de direito.

O Brasil é um país sem ordem jurídica, e todas as outras se ressentem disso...

A concessão desses poderes constituintes aos futuros deputados e senadores é, ao meu ver, a melhor solução, e mesmo a única solução em termos jurídicos, para o restabelecimento indispensável da ordem constitucional. Será um encontro entre a vontade da sociedade e a média do pensamento congressual. E do governo.

Além disso, espanta a ameaça de qualquer impasse que possa vir a perturbar as instituições e o curso do processo de abertura e de redemocratização.

Preciosismos jurídicos à parte, fórmulas clássicas e poéticas de lado, é, sem dúvida, a melhor solução política para o “instante” atual.

O presidente José Sarney, com a Mensagem que envia a este Congresso, resgata compromissos históricos, e como salienta, “firmado no curso do movimento cívico que congregou brasileiros de todas as condições, com o propósito de democratizar a sociedade e o Estado (...) em atos de fé e de coragem”.

Tal convocação, como expõe S. Excia., “singulariza-se pelo fato de estar em plena vigência uma ordem jurídica e suas instituições políticas e civis, cujo império se estenderá até o momento em que for promulgada a nova Constituição. Até lá, sob pena de instalar-se o caos normativo, que a ninguém aproveitaria, é necessário respeitar a lei que temos e modificá-la segundo os processos por ela própria admitidos, para que a vontade de alguns não seja erigida em mandamento supremo de todos”.

E ainda, com muita oportunidade, assinala o Presidente da República que “Da inelutável necessidade de manter e operar as instituições governamentais vigentes, harmonizando-as à imperiosa aspiração de instaurar outras mais livres e justas, resulta o texto”, que submete à apreciação do Congresso Nacional, e que esperamos poder adotá-lo por inteiro.

O substitutivo que ora apresentamos atende o ideal, em termos de interesse público, bem como tem presente a correlação de forças existentes no Congresso Nacional; e só se faz necessário pelo desejo de completar o texto original com dispositivos referentes à anistia a servidores públicos, civis e militares, punidos por atos de exceção, e de melhor fixar os prazos de desincompatibilização para o pleito histórico de 15 de novembro de 1986.

Câmara dos Deputados Federais

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1985